

**NEOLIBERALISMO, COMUNICAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO: A APLICAÇÃO DA
TÉTRADE DE MACLUHAN PARA A COMPREENSÃO DE UM FENÔMENO
ODS (8 e 10)**

Diego Rodrigo de Oliveira (Universidade de Taubaté)

Elaine Cristina Rodrigues de Moura (Universidade de Taubaté)

Sandro Luiz de Oliveira Rosa (Universidade de Taubaté)

Lourival da Cruz Galvão Júnior (Universidade de Taubaté)

Mônica Franchi Carniello (Universidade de Taubaté)

Viviane Fushimi Velloso (Universidade de Taubaté)

Resumo

A partir da década de 1970 uma nova corrente de pensamento econômico se tornava hegemônica, em substituição ao pensamento keynesiano em curso desde a década de 1930. Trata-se da emergência e manutenção de uma racionalidade da esfera econômica que impactou a cultura, a política e a subjetividade dos corpos, alterando o *ethos* da sociedade, que passa a ser vista como uma soma de indivíduos, reforçando, ou inaugurando em tempos modernos, o individualismo exacerbado e a negação do público, do coletivo e do universal. No campo econômico restringiu o papel ativo do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, fragilizou especialmente as identidades e manifestações culturais que estão no imaginário social e dos indivíduos. Há com o neoliberalismo o fortalecimento da concepção do indivíduo como empresa, a mercantilização da vida e a financeirização sem limites. Para a legitimação do projeto neoliberal, a comunicação torna-se imprescindível, especialmente em tempos atuais com as mídias sociais, que não apenas propagam uma ideologia, uma vez que as próprias são ideológicas e estão a serviço de interesses que escapam daqueles correlatos ao desenvolvimento com crescimento econômico, distribuição de renda e justiça social e ambiental. O objetivo deste artigo centra-se em compreender como a comunicação, especialmente as mídias sociais, contribui na propagação do discurso neoliberal, reforça e se posiciona ideologicamente em resposta à racionalidade imposta pelo neoliberalismo.

Neste sentido, para uma análise mais criteriosa e ao mesmo tempo holística do fenômeno, utilizou-se a Tétrade de McLuhan que abordou quatro faces de uma totalidade que articula neoliberalismo, comunicação e subdesenvolvimento, que são: i) o que foi impulsionado; ii) o que foi resgatado; iii) o que se tornou obsoleto; iv) o que reverteu. Observou-se que o neoliberalismo é um fenômeno, que embora tenha sofrido mudanças e ajustes, com o auxílio dos novos meios de comunicação, continua a conquistar adeptos, o que contribuí para a perpetuação do subdesenvolvimento em um conjunto de países.

Palavras chaves: Neoliberalismo; Comunicação; Subdesenvolvimento; Tétrade de McLuhan.

1. Introdução

A partir da década da década de 1970 uma nova corrente de pensamento originária em países centrais se expande para um conjunto de países, especialmente da América Latina (Cano, 2000). Tratou-se naquele momento de projeto político e econômico em resposta ao esgotamento do modelo keynesiano. Neste sentido, em sua concepção defende a mudança de papel do Estado, resultando no Estado Mínimo, que então passa a atender interesses estritamente conectados com o mercado. Para além, o neoliberalismo corresponde a um corpo de dogmas liberais que questionam o público, os direitos coletivos, e o Estado como criador de políticas sociais. Mais do que isso, o neoliberalismo que foi tido como um projeto objetivo, agora se trata de uma subjetividade (Dardot; Laval, 2016).

Portador de uma força revolucionária que se ajusta de acordo com as circunstâncias, o neoliberalismo não entregou os resultados econômicos e sociais condizentes com o discurso de ser o único caminho saudável e possível de desenvolvimento, que é interpretado como um processo multifacetado e amplo, que envolve crescimento econômico, distribuição de renda e justiça social e ambiental.

Este projeto de mundo, contrariamente, aumentou a desigualdade e os desafios socioeconômicos nos países onde foi implementado, e paradoxalmente, nos países em que está em curso, o que reforça a posição do papel da comunicação, especialmente das mídias sociais, que mesmo diante do fracasso das políticas neoliberais no campo

econômico e social em um número significativo de países (Sader; Gentili, 1995), continua como discurso hegemônico. Isso revela que os meios de comunicação, para além de transmitirem um conteúdo ou ideologia, também em si são a mensagem e a ideologia (McLuhan, 1964; Santos, 2012).

Um aspecto atual é que o neoliberalismo, de um projeto exclusivamente econômico, tornou-se uma racionalidade que molda subjetividades e identidades. Logo, passa a ser também um projeto cultural de convencimento de mentes e corações. Deste modo, é pertinente se debruçar sobre ele, articulando-o à comunicação e ao subdesenvolvimento, ao passo que se trata de um projeto que atrasa o desenvolvimento e joga o país ao aumento da desigualdade social e econômica, exclusões sociais e econômicas e baixo crescimento econômico, quando não é ele o próprio a gerar crises. Mais do que isso, o neoliberalismo corrompe os valores e interações sociais saudáveis, jogando as pessoas para patologias tão novas como o modelo imposto (Han, 2017).

Diante da complexidade em compreender a articulação entre neoliberalismo, comunicação e o subdesenvolvimento, objetiva-se utilizar a Tétrade de McLuhan para pontuar e, por conseguinte, interpretar as diferentes faces do fenômeno social analisado. Buscou-se, portanto, avaliar quatro dimensões, conforme estabelece a téttrade de efeitos, a saber: i) o que foi impulsionado; ii) o que foi resgatado; iii) o que se tornou obsoleto; iv) o que reverteu. Ainda que possa sugerir serem aspectos isolados e independentes, correspondem a dimensões de uma totalidade em movimento, tendo as suas partes se movimentando simultaneamente e dialeticamente se combinando com o todo.

Compreender a simbiose do neoliberalismo, comunicação e subdesenvolvimento é relevante ao passo que permite identificar quais mecanismos e processos criam estruturas que constroem o desenvolvimento de uma sociedade, ao mesmo tempo em que permite avaliar o papel das mídias sociais como reprodutora das desigualdades, elemento vital para o neoliberalismo, que é perverso para os países subdesenvolvidos. Transformando tal problemática em objeto de análise, seguem as etapas subsequentes do trabalho que buscam aprofundar teórica e metodologicamente a compreensão do fenômeno socialmente produzido.

2. Revisão de literatura

2.1 Algumas questões sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento

Em uma perspectiva histórica o século XX foi o período em que o desenvolvimento dos países se estabeleceu como objetivo ou destino com potencialidade de transformações substanciais na economia e sociedade. Existiu a partir da primeira metade do século passado uma corrida pelo desenvolvimento, que em muitos contextos correspondia meramente a metas de crescimento econômico. Nesta linha histórica a noção de desenvolvimento, e também de subdesenvolvimento, que aqui se entende como não antagônicos, vão se aprimorando na medida em que formulações teóricas são apresentadas, especialmente aquelas do sul global, que propõem novas metodologias e paradigmas (Furtado, 1975; Oliveira, 2013; Santos, 2008).

Conforme apresentado por Costa (2005) o desenvolvimento é um processo multifacetado. Isso significa apontar que não corresponde exclusivamente ao crescimento econômico (Vieira; Santos, 2012), embora seja imprescindível para a concretização de transformações estruturais que visem à promoção social e econômica da sociedade. O desenvolvimento é, portanto, um projeto que transita pela interdisciplinaridade, isto é, só pode ser concebido e compreendido partindo da convergência dos saberes, para que se estabeleça como termômetro a liberdade (Costa, 2005).

Rolnik e Klink (2011) discutem como o desenvolvimento de uma perspectiva urbana pode ser obstruído ou retardado por mecanismos ou conjunturas que, por sua vez, estão inseridas em períodos de bonança econômica. A renda criada como fruto do crescimento, em função de sua natureza centralizadora, não tem força de desenvolvimento justamente por estar desarticulada a uma racionalidade política que extrapole a racionalidade meramente econômica, que, com maior frequência, apresenta-se de modo hegemônica. Logo, a concepção de desenvolvimento está para além das variáveis econômicas. A ideia de desenvolvimento se assenta no movimento das potencialidades, o que certamente produz rupturas e desequilíbrios (Abdal, 2015).

Nesta concepção, Rodney (2022) é categórico ao afirmar que o desenvolvimento não pode ser lido temporalmente apenas à luz da modernidade, ainda que no limiar do

século XX ele tenha se tornado obsessão dos países, destacando e evidenciando diferentes modelos e narrativas em prol do desenvolvimento. O que Rodney (2022) pontua, e que corrobora com a perspectiva do desenvolvimento como processo multifacetado, confirma a proposição que todos os povos, em algum período histórico, já foram desenvolvidos em aspectos isolados ou em arranjos mais universais. A questão não parece ser se há desenvolvimento ou não em determinados espaços. O que está em discussão são os limites do desenvolvimento, e, por extensão, as contradições e constrangimentos que o retarda.

Ainda nesta perspectiva, Rodney (2022) argumenta que o desenvolvimento econômico sempre existiu perante a história devido a permanente capacidade do homem em manipular, controlar e atribuir usos à natureza objetivando a reprodução dos meios de subsistência dos mais diversos grupos humanos ao longo da história. Isso significa pontuar o aparecimento de diferentes técnicas sociais que subordinam a natureza diante dos imperativos e desejos do homem. A história dos diferentes usos antrópicos da natureza é também uma história do desenvolvimento, ou como afirmou Furtado “o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica” (2009, p. 147).

Vale ainda destacar que para Rodney (2022) a multiplicidade de feições do desenvolvimento só é compreendida em sua totalidade à luz da experiência social, do coletivo e do estar juntos. Declara que “liberdade, responsabilidade, habilidade têm sentido real em termos de relações humanas em sociedade” (Rodney, 2022, p. 24). Conclui-se, portanto, que só há desenvolvimento quando rupturas e transformações de natureza estruturais abarcam o coletivo.

A acepção do desenvolvimento, enquanto conceito e processo universal que se manifesta no local, pode ser mais amplamente percebida considerando o subdesenvolvimento, também em sua base conceitual e histórica. Pontua-se, como já destacado, perante a atual divisão internacional do trabalho (DIT), logo tomando como partida o real, o subdesenvolvimento não corresponde ao polo oposto do desenvolvimento, isto é, não são antagônicos, e também desde uma perspectiva histórica-analítica, subdesenvolvimento não é sinônimo de ausência de desenvolvimento (Rodney, 2022).

Essas duas formas de inserção na DIT são concebidas com base no mesmo processo histórico. Afirma Furtado que “desta forma, consideramos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento [...]” (1975, p. 8). Trata-se, portanto, de uma unidade de contraditórios ancorada em um sistema indissociável que se retroalimenta, ou melhor, o desenvolvimento de um punhado de nações se concretiza ao passo que o subdesenvolvimento se irradia enraizando-se sobre a maior parte das nações. Complementa ainda, que “as relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se” (Furtado, 1975, p. 8). Observa-se neste arranjo aquilo que Santos (2008) define como bipolarização, em contrapartida à ideia de dualismo, que também está em Oliveira (2013).

É no interior desta lógica de simbiose e interpenetração entre desenvolvimento e subdesenvolvimento que o segundo não pode ser estudado como fase para alcançar como objetivo final o primeiro. O subdesenvolvimento não é uma etapa que se pretende ser superada e, por conseguinte, chegar a novas posições na DIT. O que se tem é o subdesenvolvimento como inserção singular e condicionada no sistema mundo, ou seja, é a condição imposta pelo próprio sistema para a integração nele.

Vale acrescentar, que a compreensão deste modelo remonta ao período histórico colonial, em que a Europa do fim do século XIX “provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões do planeta” (Furtado, 2009, p. 160). Dai deriva a expressão do dramaturgo Nelson Rodrigues quando diz que o subdesenvolvimento não se improvisa.

Em nome do desenvolvimento diversos modelos foram universalmente irradiados propagando ideários e políticas que conduziram as nações submetidas à trajetória do crescimento econômico e, por conseguinte, ao desenvolvimento. O que Santos observa é “que essas teorias exigem um quadro de referência internacional, ou seja, um modelo estranho aos países envolvidos” (2023, p. 77). O autor questiona os modelos importados configurados como ideias-força que se impõem sobre realidades alheias e que pouco, ou nada, contribuem para o desenvolvimento do lugar, quando não corroboram para o aumento das disparidades internas. O modelo que se tornou hegemônico nas últimas

décadas, especialmente na América Latina, está amplamente em conformidade com a crítica exposta anteriormente. Trata-se do projeto neoliberal de economia e de sociedade.

2.2 Neoliberalismo e comunicação na manutenção do subdesenvolvimento

A origem do neoliberalismo é simultânea ao ciclo final da segunda grande guerra. Foi em 1944 que Friedrich Hayek publicou o texto *O caminho da servidão* marcando o início desta concepção econômica que viria a ser expressão politicamente nos primeiros anos da década de 1970. O alvo fundamental de Hayek naquele momento histórico concentrava-se na figura do Estado intervencionista, que segundo ele, corrompia com as liberdades econômica e política. Deste modo, condenava qualquer mecanismo de Estado que limitasse a dinâmica do mercado. Inclusive chega a comparar a social-democracia inglesa em ascensão ao nazismo moderno, isto é, a uma servidão moderna (Anderson, 1995).

Embora a origem do modelo neoliberal remonte a década de 1940, sua afirmação política se concretiza na virada da década de 1970 para a de 1980 (Carcanholo, 2002). Foi na figura de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 e em Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1981 que este modelo econômico expressa politicamente seu ideário e, para além disso, tornam o modelo exportável. A campanha neoliberal naquele contexto concentrou-se em apontar a ineficácia do Estado em controlar a então crise da década de 1970, cabendo, portanto, a revitalização das concepções liberais como resposta político-ideológica à crise, em um contexto geopolítico que já anunciava a derrocada do socialismo real.

O neoliberalismo se estrutura naquele momento histórico como projeto político e econômico. Anderson diz que “o que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia” (1995, p. 14). Neste sentido, aponta Anderson (1995) que o modelo em questão, agora em escala mundial, converteu mentes e corações nos países subdesenvolvidos, como também nos países de economia avançada, como, por exemplo, na Nova Zelândia, que segundo as evidências históricas foi o país do mundo rico que mais sofreu um desmonte do Estado de bem-estar, superando, inclusive, a Inglaterra de Thatcher.

Vale lembrar, Anderson (1995), que governos autodeclarados de esquerda aderiram aos mandos e políticas neoliberais, que tiveram como inimigo essencial de sua empreitada a social-democracia, assim como de suas instituições, sendo o sindicato o exemplo concreto, e ao mesmo tempo simbólico, de devastação daquilo tudo que impulsiona as lutas e direitos sociais, ou de modo geral, que fortalece a luta de classes. O que estava mesmo no alvo dos neoliberais era a figura política da classe trabalhadora, que foi vista naquele momento como uma clara limitação a ampliação da margem de lucro, que será restabelecida durante os anos de ouro desta política, se bem que se deu com a morte política dos movimentos sindicais (Anderson, 1995).

No Brasil a dilapidação do Estado teve seu início na ditadura militar, que foi continuada durante o governo agora democrático de José Sarney (Oliveira, 1995). Assim como nos países de economias avançadas que já estavam sob os imperativos do neoliberalismo, no Brasil ocorrerá também uma doutrina anti-social a ganhar espaço e, por conseguinte, concretude. O que faz sugerir que houve no país uma construção ideológica ao longo das décadas de 1970 e 1980 que resultou em governos eleitos a base de discursos que condenavam tudo aquilo que era propriamente público, o que, por exemplo, foi milimetricamente pensado e executado por Fernando Collor, tornando-se “o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais” (Oliveira, 1995, p. 25).

Como projeto econômico objetivo, isto é, como políticas objetivas enquadradas no interior de modelos de crescimento econômico exportáveis, o neoliberalismo mergulha em relativo declínio especialmente quando observado a partir dos Estados Unidos. Bresser-Pereira diz que “nos anos 2000, o neoliberalismo e o globalismo perderam a predominância de que gozavam nas duas décadas anteriores, enquanto hegemonia dos Estados Unidos, que era a base daquela predominância [...]” (2018, p. 41). Mas quando se trata de neoliberalismo todo cuidado é pouco, ele tem uma força revolucionária que mantém nele um espírito de algo sempre presente, ajustando-se às circunstâncias e, ao mesmo tempo, criando-as. No limite, o neoliberalismo é em estado permanente de superação de si, o que leva a compreensão de algo que é mudado regularmente para que

as coisas não mudem, ou melhor, são mecanismos evolutivos para, única e exclusivamente, afirmar a hegemonia do capital, da sua reprodução e sempre ampliação.

Neste sentido, o neoliberalismo ganha novas dimensões, ou melhor, novos corpos ao passo em que não é mais um projeto objetivo alheio passivo de aplicação. Este modelo passa a ser uma subjetividade, isto é:

O neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016, p.7).

Oliveira (1995) já havia anunciado o neoliberalismo como racionalidade da desesperança e do medo. Trata-se de uma construção que resulta na desabilitação do devir político, social e, ademais, o estabelecimento de um estado de paralisação face àquelas mudanças que constroem e reprimem as iniciativas de rupturas e inflexões. O neoliberalismo, agora renovado e ainda mais forte, corresponde a uma mentalidade, ou melhor, a uma nova norma de subjetividade. Agora se fala em sujeito neoliberal que “é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 321). O neoliberalismo não é apenas mais o outro, o fora, o alheio. É o modo que se olha para o mundo.

Nesta linha, Han (2017) corrobora ao apresentar a ideia de sujeitos de desempenho e produção. Diz o autor, que “a sociedade do desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade [...]. O poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho” (Han, 2017, p. 24). A questão colocada em discussão é que o neoliberalismo passa a ser internalizado e acriticamente naturalizado como a nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), isto é, “já habita, naturalmente, o inconsciente social, o desejo de maximizar a produção” (Han, 2017, p. 25).

Claramente há uma simbiose entre o sujeito neoliberal com o sujeito do desempenho e da produção. Diz Han que “o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho” (2018. p. 29). Isso significa que para além do sujeito que comunga do ideário do neoliberalismo como

fundamentalismo, há também nele o sujeito que ao mesmo tempo em que é explorado é o explorador, o que nada mais é que a internalização do fundamentalismo neoliberal, que além da pregação do trabalho como virtude inquestionável, é também a fábrica de sujeitos que compartilha valores que estão em desencontro aos parâmetros de uma social-democracia. No limite, é o sujeito que além de estar submetido é defensor e propagador de uma lógica individualista. Só que aqui o poder do desempenho acaba por ser justamente aquele que mata, pois “no regime neoliberal a exploração tem lugar não mais como alienação e autodesrealização, mas como liberdade e autorrealização” (Han, 2018, p. 116).

O neoliberalismo se difunde pelos espaços mundiais na medida em que está inserido em uma globalização neoliberal amparada, legitimada e difundida por grandes mídias globais (Moraes, 2002). A força de propagação desse ideário se confunde com a própria força das mídias ao convencimento. São discursos sociais hegemônicos que encerram favorecer um número sempre limitado de agentes, desconsiderando qualquer alcance social mais amplo. A história do neoliberalismo esteve permanentemente subordinada ao processo de valorização e reprodução do capital, estranhando-se, sempre que necessário, com projetos nacionais de desenvolvimento.

A construção midiática do discurso neoliberal e sua veiculação são pautadas na construção da ideia única e possível alternativa social e econômica compatível frente aos desafios contemporâneos. Trata-se da imposição de um pensamento único como força para o futuro (Santos, 2012). Um pensamento anti-histórico, uma vez que a própria trajetória histórica civilizacional sempre apontou alternativas e caminhos múltiplos.

As mídias cumprem um papel de porta voz de interesses seletivos que escapam da ideia de coletividade. Os interesses econômicos passam a ser representados, também, por empresas de mídias ou grupos de comunicação que agem local e globalmente. Neste sentido, Moraes pontua:

Considero alarmante o fato de convivermos com uma abundância de dados, sons e imagens que se originam, via de regra, de fontes de enunciação e emissão controladas por um número mínimo de superempresas - as mesmas que se movimentam livremente pela Terra, sem prestar contas a ninguém, exceto a seus acionistas. A industrialização dos bens simbólicos obedece, assim, às injunções mercadológicas e às conveniências políticas e econômicas dos titãs (2002, p. 17).

Santos (2012) no empreendimento de compreensão do fenômeno da globalização afirma existir uma forma de violência ligada à informação. Complementa que perante uma evolução colossal das técnicas de comunicação e transmissão de informações, esperava-se construir, uma verdadeira revolução no conhecimento do planeta, das relações sociais e econômicas. Dessa forma o conhecimento mundial poderia ser tecnicamente acessado por um número ilimitado de pessoas.

O que ocorre partindo do real é o uso político e econômico das técnicas da informação por um punhado de empresas ou Estados, o que claramente indica, para além do aumento da desigualdade, é que “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde” (Santos, 2012, p. 39).

A simbiose entre neoliberalismo e meios de comunicação promove uma política que limita e constrange a trajetória de desenvolvimento, reforçando a condição de subdesenvolvimento para um conjunto de nações em que a ideologia neoliberal ganhou força, seja como projeto econômico ou como produção de subjetividades. Neste sentido, cabe apurar as diferentes dimensões que cercam tal problemática, ao mesmo tempo em que se busca apresentar, numa perspectiva mais ampla, as possibilidades, desafios e contradições que se encontram impregnadas na unidade constituída pelo neoliberalismo e sua difusão em mídias de escala regional e global.

3. Tétrade de McLuhan como método

Foi Marshall McLuhan o pioneiro em identificar o meio como portador de normativas, discursos, condicionantes sobre a sociedade. Significa que para além do conteúdo o meio também é uma mensagem (McLuhan, 1964). Neste sentido, consoante Barichello e Agnese (2019, p. 4) a transferência do foco do conteúdo para o contexto mais geral justifica-se “porque é o meio, ao proporcionar interações e alterações nas mensagens, que tem maior impacto nas ações e escolhas individuais e coletivas”. A potência do meio pode superar o conteúdo em si ao passo que o primeiro configura novas práticas sociais e culturais. O meio, portanto, não é apenas um recurso de transmissão de

sentido, ele próprio é produtor e veiculador de sentidos que acabam por moldar novos arranjos sociais.

Convém acrescentar, que é o meio como símbolo que cumpre tais produções, e não apenas como materialidade. Para exemplificar, Barichello e Agnese (2019) usam o jornal como ilustração desta concepção. Afirmam não ser a invenção do jornal físico que gera os efeitos sobre a sociedade, e sim o jornal como símbolo que é o criador de novas possibilidades. É a partir desta concepção que anos mais tarde McLuhan criará a téttrade que carrega seu nome.

Segundo Barichello e Agnese (2019) a elaboração da téttrade de McLuhan se originou a partir de uma revisão empreendida pelo próprio Marshall McLuhan com o seu filho, Eric McLuhan, do seu livro *Understanging Media* publicado em 1964. Lançada em 1988, a téttrade de McLuhan foi concebida com o objetivo de compreender cientificamente qualquer artefato, enunciado ou fenômeno humano. Neste sentido, a téttrade, inicialmente, foi idealizada a partir de quatro características, que são:

Extensão (toda tecnologia estende ou amplifica algum órgão ou faculdade do usuário); encerramento (quando uma área de experiência é realçada ou intensificada, outra é diminuída ou paralisada); reversão (toda forma, pressionada ao limite de seu potencial, inverte suas características); e recuperação (relacionada à reformulação de tudo o que representa o conteúdo da nova forma, uma vez que o conteúdo de qualquer meio é o meio anterior). (Barichello; Agnese, 2019, p. 10).

Organizada na forma de perguntas, este instrumento que permite revelar figura e fundo (Agnese; Canavilhas; Barichello, 2020) concebida a partir dos aspectos expostos anteriormente, concretizou e afirmou a téttrade dos efeitos, que é aplicável universalmente em tudo aquilo que é produto social, seja material ou abstrato, estático ou dinâmico. Não importa a linguagem, a palavra ou a frase, a aplicabilidade da téttrade é admitida. Esclarece McLuhan; McLuhan (1988, p. ix *apud* Barichello; Agnese 2019, p. 10) que “tudo que o homem faz e constrói, cada procedimento, cada estilo, cada artefato, cada poema, música, pintura, truque, dispositivo, teoria, tecnologia – cada produto do esforço humano – manifesta essas quatro dimensões”.

Vale destacar que para se compreender em maior profundidade o objeto de investigação ou de análise, é preciso transferir o foco do conteúdo linear para “uma observação mais holística dos efeitos mais gerais dos meios [...]” (Agnese; Canavilhas; Barichello, 2020, p. 222). Isso aponta a clara necessidade de reconhecer o meio como produtor de padrões e de condicionalidades.

Somando a tétrede de McLuhan à curiosidade em compreender os efeitos da associação entre mídias sociais, o neoliberalismo como subjetividade (Dardot; Laval, 2016) e a manutenção do subdesenvolvimento, este trabalho apresenta o resultado da aplicabilidade da tétrede de efeitos sobre a articulação dos fenômenos em destaque.

4. Resultados e discussões

A ideologia neoliberal encontrou na década de 1980 a afirmação de sua força como corrente hegemônica (Santos, 2004). Isso se traduziu política e economicamente em novas percepções sobre a esfera do público, sobre o papel do Estado e, especialmente, sobre a sociedade. Nesse sentido, o neoliberalismo, produz um aglomerado de indivíduos desnudo das políticas sociais e do amparo do Estado diante das incertezas dos tempos modernos. Neste sentido, quando associada às mídias sociais e à manutenção do subdesenvolvimento, é possível identificar quatro dimensões a partir de tal combinação, que são: i) o que se intensifica? ii) O que torna obsoleto? iii) O que recupera? iv) O que reverte? O quadro 1 apresenta uma síntese para refletir-se posteriormente.

Quadro 1

Tétrade de McLuhan: neoliberalismo, mídias sociais e subdesenvolvimento	
O que intensifica?	O que torna obsoleto?
<p>As mídias sociais intensificam a difusão da ideologia neoliberal, reforçando valores como o individualismo, o consumo e a competição.</p> <p>A ideia de que o Estado é ineficiente e precisa ser reduzido.</p> <p>A financeirização da economia e o consumo como símbolo de sucesso.</p> <p>O neoliberalismo, ao se articular com as mídias sociais, intensifica a lógica da mercantilização da vida: cada indivíduo passa a se vender como “marca” (empreendedor de si mesmo).</p>	<p>Torna obsoleto o jornalismo tradicional e crítico, substituído por fluxos rápidos de informação fragmentada em redes sociais.</p> <p>O papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico.</p> <p>A noção de direitos sociais universais.</p> <p>O planejamento nacional de longo prazo.</p>
O que recupera?	O que reverte?
<p>Um liberalismo clássico, quase do século XIX, que exaltava o livre mercado sem regulação.</p> <p>O “darwinismo social”, em que apenas os mais fortes/competitivos prosperam.</p> <p>Velhas narrativas coloniais de dependência (o Sul global como fornecedor barato e consumidor subordinado).</p> <p>Recupera velhas hierarquias centro-periferia: países subdesenvolvidos permanecem dependentes da difusão de narrativas e tecnologias vindas das grandes corporações.</p>	<p>O ideal de crescimento econômico se transforma em bloqueio do desenvolvimento sustentável.</p> <p>A promessa de liberdade vira novas formas de servidão econômica (endividamento, precarização do trabalho).</p> <p>A globalização prometida como integração se torna exclusão e desigualdade estrutural.</p> <p>O discurso da comunicação “livre” e transparente se converte em manipulação ideológica e concentração de mídia.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

É importante destacar que as faces apresentadas na tétrade não são fenômenos ou processos sequenciais e isolados, mas se desenvolvem simultaneamente em constante integração ao objeto central (Barichello; Agnese, 2019). Quer dizer que são elementos interligados e que influenciam diretamente na condição dos demais. O que parece seguir uma sequência cronológica corresponde a um sistema inserido na lógica da dialética, movimentando-se em sintonia. Neste sentido, embora as faces sejam aqui desenvolvidas quase que isoladamente, reforça-se que no objeto em análise elas se manifestam a partir de um todo que pode ser observado a partir de suas particularidades, sem, com isso, desprezar a organicidade que dá sentido ao objeto aqui refletido.

A história ajuda a compreender que o neoliberalismo é um projeto inacabado, impondo esforços para a sua manutenção e reprodução para novos espaços. Para tanto, é imprescindível intensificar processos, ideários, concepções e novas subjetividades no meio social. É preciso continuar conquistando adeptos. A continuidade do neoliberalismo, agora muito mais que um projeto econômico (Dardot; Laval, 2016; Safatle; Silva Junior;

Dunker, 2025) requer o convencimento social não mais pela via econômica, dado o cenário de caos financeiro criado por ele (Santos, 2004).

A base do convencimento se deslocou para a esfera do cultural, da moral e da identidade. Trata-se na fabricação do sujeito neoliberal, baseado na “concepção que vê a sociedade como uma empresa [...], ou melhor, agora se está diante da figura do homem-empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 321). Complementam que “‘empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal” (Idem, p. 328). Identifica-se, portanto, o sucesso de uma subjetividade exportada e imposta a partir de novas tecnologias intrínsecas à comunicação, especialmente oriunda das mídias digitais. Considerando-se que o meio é a própria mensagem, que cultiva e amplia o individualismo, a mercantilização da vida, a financeirização sem limites, e não menos importante, a morte da política do Estado nacional, que passa a ser doravante o porta-voz dos meios de comando, ou seja, do próprio capital (Santos, 2012).

O neoliberalismo resgata as obras de Milton Friedman, que remontam a Hayek e à chamada tradição austríaca (Anderson *et al.*, 1995) daí vem o aspecto de atualização do liberalismo de outrora. Percebe-se, portanto, uma revalorização, a partir da década de 1970, das principais expressões de uma corrente econômica que a partir de 1930, em consequência da Grande Depressão de 1929, foi estruturalmente substituída pelo keynesianismo, corrente esta que centralizou a figura do Estado em prol do desenvolvimento.

Anderson *et al.* (1995) parecem adequados quando observam que o neoliberalismo é mais que um projeto econômico e político, “o impacto e a força que o discurso neoliberal tem tido na cabeça das pessoas provêm da nossa própria incapacidade de mudar a forma de viver e compreender o Estado” (Idem, p. 142). Este passa a ser visto como incapaz de gerir e superar as contradições geradas pelo próprio sistema e, por conseguinte, legitimou a necessidade de buscar na esfera do privado as orientações ideológicas de superação e construção de algum tipo de futuro, mesmo que o Estado não participe diretamente dele.

Neste sentido, a morte parcial do Estado, sobretudo em sua relação com as políticas sociais, com o papel de indutor do desenvolvimento, e com o conjunto de instituições que buscam a justiça social, econômica e ambiental, é substituída por outro

tipo de Estado, que agora se reconfigura e se fortalece para atender especialmente aos mandos e desmandos do próprio projeto neoliberal. Não existe Estado Mínimo. Há uma morte parcial dele, e com isso o desaparecimento, ou enfraquecimento, dos direitos sociais em escala coletiva e universal (Sader; Gentili, 1995).

Importante ressaltar outro impactante efeito do neoliberalismo, que é a força em reproduzir, com a comunicação ampliada, a relação centro-periferia. Claramente, a dependência ocorre por vias da capacidade de inovação tecnológica, que é atributo dos países do centro. Neste sentido, é razoável questionar qual o espaço de construção e prática de um Estado democrático e principal coordenador do jogo econômico? Santos corrobora a partir de tal questionamento quando diz com base na globalização neoliberal que:

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (2012, p. 38).

Sader e Gentili (1995) mostram que o neoliberalismo por onde passou, gerou aumento da desigualdade, exclusão social, e a clara incapacidade de ativar o desenvolvimento econômico. Neste sentido, a desigualdade, a partir da concepção do neoliberalismo, não é um efeito indesejável e descontrolado do sistema, mas o inverso, está em sincronia com os valores e objetivos do projeto neoliberal. O processo de concentração de renda, na perspectiva neoclássica, garante mais volumes de capitais em mãos da elite que, por sua vez, ampliaria o capital investindo, movimentando a atividade econômica. Certamente esta premissa desconsiderou a cultura do capitalismo vigente, que é mais complexo daquele do século XIX.

A comunicação, especialmente em tempos atuais de mídias sociais, carrega significativa importância na construção, ampliação e reprodução do discurso e da subjetividade neoliberal. Santos diz que “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação” (2012, p. 38). São

fabulações portadoras de um discurso único sobre a história futura da humanidade, uma violência totalitária na concepção do autor. Complementa o autor que “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde” (Idem, p. 39). Nesse sentido, aproxima-se de McLuhan (1964) quando afirma que “a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa” (Santos, 2012, p. 39). Daí vem o aspecto de superação parcial dos veículos tradicionais de comunicação e a hegemonia de novos modelos, sobretudo as mídias sociais, que para além de serem em si ideológicas, são propagadoras universais dos dogmas neoliberais.

5. Considerações finais

O neoliberalismo pode ser considerado uma força revolucionária que se altera diante do conjunto de circunstâncias de cada fração do período histórico. Para tanto, utiliza dos meios de comunicação hegemônicos, que para além de meios de transmissão de mensagem, são em si uma mensagem. Portanto sua capacidade de determinar uma ideologia, que também é uma mensagem, e como exposto aqui neste trabalho, as mídias sociais como meios de comunicação, quando alinhadas ideologicamente ao discurso neoliberal, posicionam-se ideologicamente..

Como ideologia, e agora somada à concepção do neoliberalismo como subjetividade, isto é, como racionalidade triunfante frente ao convencimento, é um claro mecanismo que influencia na construção de uma trajetória de desenvolvimento induzida pelo Estado nacional, que poderá ser reduzido ao mínimo, ou até mesmo ficar ausente para um conjunto de demandas, que estão centralmente ligadas ao desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade.

Vale acrescentar que a ideia de indivíduo como empresa, o individualismo exacerbado, a mercantilização da vida e orientação desmedida à concentração do capital financeiro, compõem o ideário neoliberal amplamente propagado pelos meios de comunicação, que a partir do advento da internet se apresentam como características: instantâneos, fragmentados e fragmentadores, e ampliam sua competência na arte do convencimento.

A aplicação da Tétrade de McLuhan permitiu uma compreensão mais crítica e holística do fenômeno aqui analisado, isto é, da unidade entre neoliberalismo, comunicação e desenvolvimento. Observa-se, que ao mesmo tempo em que o neoliberalismo fracassou em diversos territórios, ou se tornou obsoleto, paradoxalmente, apresenta-se com força revolucionária perante a história do futuro. Neste sentido, como mostrado pela aplicação da téttrade de efeitos, corresponde a uma racionalidade agora mais complexa e sofisticada, associada às tecnologias dos meios de comunicação, especialmente as mídias sociais, por consequência influenciando na construção da ideia de futuro.

Referências

- ABDAL, Alexandre. **Sobre regiões e desenvolvimento**: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AGNESE, Carolina Weber Dall; CANAVILHAS, João; BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. A téttrade de McLuhan na pesquisa em comunicação: revisão sistemática de aplicações no Brasil e em Portugal. *Matrizes*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 221-239, jan./abr. 2020.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, cap. 1, p. 09-23.
- ANDERSON, Perry. THERBORN, Goran; BORÓN, Atilio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, cap. 4, p. 139-180.
- BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha; AGNESE, Carolina Teixeira Weber Dall. A téttrade mcluhaniana como método para investigar as reconfigurações do jornalismo no ecossistema midiático. *Revista FAMECOS*, [S. l.], v. 26, n. 1, 2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**.3.ed. São Paulo: Cortez, 2002, cap. 1, p. 15-35.

COSTA, Silvio Luiz. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005. 179p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Bitempo, 2016.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1975.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2.ed.amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix LTDA, 1964.

MORAES, Denis de. Mídia e globalização neoliberal. **Revista Contracampo**, Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF), Niterói, Rio de Janeiro, n.7, p. 7-22, 2ºsem/2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, cap. 1, p. 24-28.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFATLE, Vladimir; SILVAJUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

SANTOS, Theotonio dos. **Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2004.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de Taubaté, 2023.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012.